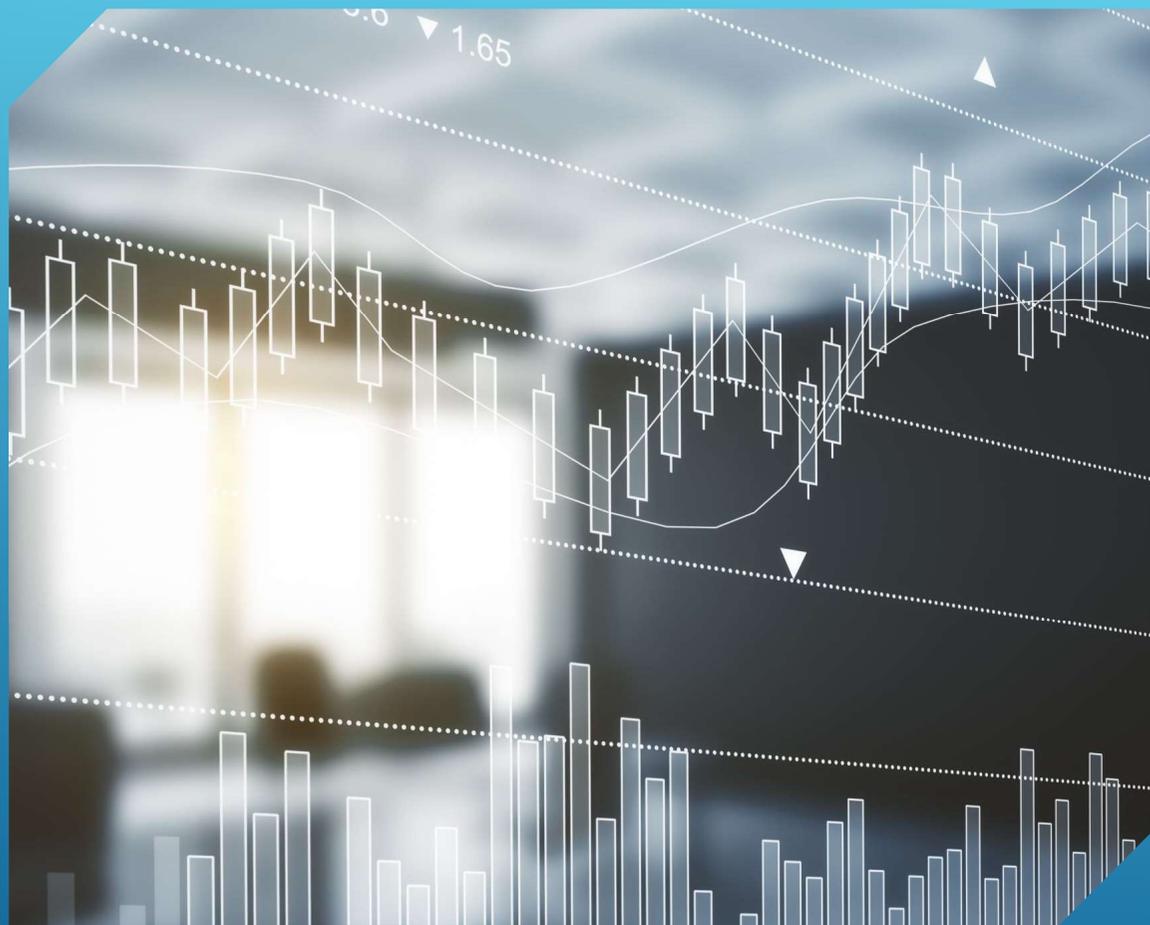


CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA





PUCMINAS- PROEX-
DEPARTAMENTO DE
ECONOMIA

▶ **REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL
, SEUS EFEITOS SOBRE A GESTÃO
DO ORÇAMENTO PÚBLICO E
ALTERNATIVAS POSSÍVEIS.**

▶ **Minas Gerais
está entre a cruz e
a espada?**



“O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi instituído em 2017, por meio da Lei Complementar 159/2017, aprovada pelo Congresso Nacional, para estados que enfrentam graves problemas de caixa. Para aderir ao RRF, é necessária autorização da Assembleia Legislativa e apresentação de plano prévio para o Ministério da Fazenda”.

“O RRF refina as dívidas dos estados desde que os governos se comprometam a promover ajustes fiscais no prazo máximo de nove anos”.

“Entre os ajustes estão a venda de empresas estatais, congelamento de reajuste para o funcionalismo, estabelecimento de teto de gastos, criação de previdência complementar e equiparação das regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no que couber, às regras dos servidores da União”. (MELLO.A.2023)





Como que a dívida saltou de R\$ 14,8 bilhões para R\$ 156,2 bilhões, valores divulgados na semana passada pelo governo de Minas: um acréscimo de quase 1.000%?



MG CORECON

“De 1998 e 2021, o estado pagou R\$ 45,8 bilhões da dívida inicial e, mesmo assim, ela seguiu elevada e calculada em R\$ 103,8 bilhões. No ano seguinte, em 2022, ela foi reduzida para R\$ 89,1 bilhões. Dessa data em diante, não há atualização até o recente valor de R\$ 156,2 bilhões anunciado pelo governo”. (MELLO. 2023)



► “O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2024. O cenário projetado apresenta um aumento do déficit orçamentário, em comparação à LOA de 2023. Em 2024, a diferença entre receitas e despesas deve totalizar R\$ 8,08 bilhões, R\$ 4,5 bilhões a mais do que no atual exercício. (...) No próximo ano, a projeção é a de que a receita total mineira seja de R\$ 114,4 bilhões, enquanto as despesas foram fixadas em R\$ 122,4 bilhões.



MG CORECON

“Para 2024, embora a previsão da arrecadação demonstre uma recuperação após os impactos negativos causados em 2023 em razão da redução das alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), o crescimento das despesas foi maior do que esse incremento de arrecadação, como assinala o subsecretário de Planejamento e Orçamento. Seplag-MG. (SOUZA.F. 2023 in <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/projeto-de-lei-orcamentaria-preve-aumento-do-deficit-do-estado-para-2024>)



MG CORECON

Experiência do Governo do Rio de Janeiro

“Entre os compromissos assumidos pelo estado na ocasião estavam a privatização da companhia de saneamento, a Cedae; a redução de incentivos fiscais; e a alteração do regime de pensões e aposentadorias do estado. O Plano de Recuperação Fiscal do estado foi aprovado em setembro de 2017 e durou até 2020.

Um novo RRF foi criado pela União em janeiro de 2021. O Rio de Janeiro, sem conseguir equilibrar suas contas no RRF anterior, entrou com pedido de adesão ao novo regime em maio daquele ano, mas seu plano só seria aprovado em junho do ano passado”.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/governador-do-rio-pede-lula-revisao-de-regime-de-recuperacao-fiscal>



Alternativas POSSÍVEIS

MG CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

- Negociar a dívida com a União em outros patamares;**
 - ”Efetuar a auditoria da dívida como ocorreu em outros estados que vivenciaram situações similares;**
 - Negociar a prorrogação da ajuda financeira dos nove anos atuais para 15 ou 20 anos”;**
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/governador-do-rio-pede-lula-revisao-de-regime-de-recuperacao-fiscal>**



Alternativas POSSÍVEIS

MG CORECON
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

“Negociar mudança nos encargos da dívida, a fim que ela seja recalculada com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 1% ou 2%, ou seja, sem o Coeficiente de Atualização Monetária”

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/governador-do-rio-pede-lula-revisao-de-regime-de-recuperacao-fiscal>

Rediscutir com a União as questões afeitas a Lei Kandir que tanto afetou aos estados.



▶ “Minas é um dos estados mais endividados devido às desonerações da Lei Kandir, aprovada em 1996, que impôs aos estados, principalmente aos exportadores de produtos primários e semielaborados (minérios e agropecuária), caso que se aplica a Minas Gerais. A desoneração do ICMS nas exportações de tais produtos ocorreu para resolver um problema conjuntural (BC e câmbio) do país, com a promessa da União de ressarcir futuramente aos estados pela perda”. (ALVARENGA.2023) Fato que não ocorreu até o presente momento.

▶ Será que a privatização das empresas públicas é a única saída? Ou é mais um negócio com o que é público?

▶ **Obrigada!!!**